

# CAPÍTULO I

## A crítica tomista do *cogito cartesiano*

Neste artigo, gostaríamos de lembrar o significado do *Cogito* segundo o pensamento do próprio Descartes, bem como as críticas que os tomistas geralmente registraram contra ele.

### I. O SENTIDO E O ALCANCE DO "COGITO" SEGUNDO DESCARTES

Em seu *Discurso sobre o Método*, Descartes diz:

Tendo aprendido, mesmo desde a época de meus estudos universitários, que nada pode ser imaginado que fosse tão estranho ou tão inacreditável que não fosse, no entanto, dito por algum filósofo, e depois, enquanto viajava, tendo reconhecido que todos aqueles que têm sentimentos que são completamente contrários aos nossos não são, por tudo isso, bárbaros ou selvagens, mas, sim, que muitas dessas pessoas usem a razão tão bem quanto nós, se não melhor... Eu não podia escolher ninguém entre essas pessoas cujas opiniões pareciam ser preferidas às opiniões dos outros, e me vi, por assim dizer, constrangido a me esforçar para liderar minha própria conduta por mim mesmo.<sup>1</sup>

Mais adiante, escreve:

Assim, dado que desejava voltar minha atenção apenas para a busca da verdade, pensei que precisava rejeitar, como representando algo absolutamente falso, tudo o que eu achava que continha a menor dúvida, para que eu pudesse ver se, depois disso, não restaria no que eu acredito algo que era totalmente indubitável... No entanto, prestei atenção ao fato de que, embora quisesse pensar que tudo era falso, era absolutamente necessário que eu, que pensava esse fato, fosse alguma coisa. E observando que essa verdade – a saber, *eu acho, logo sou* – era tão firme e tão certa que todas as suposições céticas mais extravagantes não seriam capazes de abalá-la, julguei que poderia aceitá-la sem escrúpulos como sendo o primeiro princípio da filosofia que eu estava procurando.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Descartes, *Discourse de la methode*, ed. Étienne Gilson (1930), parte 2 (p. 16). Tradução da Edusp: *Tendo aprendido, desde o colégio, que nada se poderia imaginar de tão estranho e de tão pouco crível que não tivesse sido dito por algum dos filósofos, e, além disso, tendo reconhecido, ao viajar, que todos aqueles que têm sentimentos muito contrários aos nossos não são, por isso, bárbaros nem selvagens, mas que muitos usam, tanto ou mais do que nós, a razão [...] eu não podia escolher ninguém cujas opiniões me parecessem dever ser preferidas aquelas de outrem e encontrava-me como que obrigado a tentar conduzir-me a mim mesmo.*

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 4 (p. 32); Descartes, *Princípios*, livro 1, cap. 7. Tradução da Edusp: *Porque desejava então ocupar-me somente com a procura da verdade, pensei que seria necessário que eu fizesse exatamente o*

Mas então, o "*Cogito ergo sum*" é o resultado do raciocínio discursivo ou, ao contrário, uma apercepção imediata, uma intuição da alma por si mesma? Observando as obras de Descartes *Respostas às segundas objeções* e as *Respostas às objeções levantadas por Gassendi*, podemos ver que, segundo o próprio Descartes, o "*cogito ergo sum*" é uma intuição. Em resposta a Gassendi, ele escreve: "Quando ensinas a uma criança os elementos da geometria, não conseguirás fazer com que ela compreenda em geral... que *o todo é maior do que suas partes* se não lhe mostrares exemplos particulares."

Como comenta Étienne Gilson:

Portanto, a intenção de Descartes não pode ser posta em dúvida; geralmente não há discussão. Mesmo assim, seus críticos ou historiadores muitas vezes defenderam que, fosse qual fosse a intenção do próprio Descartes, o *Cogito* era, sem dúvida alguma, o resultado de um raciocínio e não poderia deixar de sê-lo. Cf. Huet, *Censura philos. Cart.*, vol. 1, p. 11: "É falso afirmar que *o penso, logo existo* é conhecimento que alcançamos por uma simples visão [intuitiva] e não através do raciocínio discursivo".<sup>3</sup>

Cronologicamente, na ordem da descoberta, é possível que se possa dizer: "Penso; logo existo", depois de ter dito: "Tudo o que pensa existe". No entanto, não deixa de ser verdade que, *de iure*, as verdades gerais fundamentam as verdades particulares, e que a é verdade geral que se vê em um dado exemplo particular.<sup>4</sup>

\*\*\*

Essa questão torna-se ainda mais premente se considerarmos o fato de que, para Descartes (*Resposta ao quinto conjunto de objeções*), "Deus não criou apenas existências, mas até mesmo essências criadas". Ele criou livremente as verdades eternas, lógicas, metafísicas e geométricas. "Uma pessoa não pode, sem cair em blasfêmia, dizer que uma verdade precede o conhecimento que Deus tem dela, pois em Deus, querer e saber são a mesma coisa, o que significa que, *pelo próprio fato de que Ele quer uma coisa, Ele a conhece, e, portanto, só assim tal coisa é verdadeira*." Em 15 de abril de 1630, encontramos Descartes dizendo a Mersenne que Deus estaria sujeito a algo, como Júpiter ao Estige, se fora e acima de Si mesmo houvesse

---

*contrário e que rejeitasse, como absolutamente falso, tudo aquilo em que eu pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se não restaria, depois disso, alguma coisa em minha crença que fosse inteiramente indubitável [...] Mas, logo a seguir, adverti que, enquanto queria assim pensar que tudo era falso, acontecia necessariamente que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade, eu penso, logo eu sou, era tão firme e tão certa, que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seitam capazes de arruiná-la, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.*

<sup>3</sup> Descartes, *Discurso sobre o Método*, p. 2 (p. 294).

<sup>4</sup> Este ponto será reconhecido se admitirmos, com São Tomás (ver *ST I*, g. 85, a. 3) que, tanto para os sentidos quanto para o intelecto, o conhecimento [*comuna*] mais geral precede o menos geral: "O conhecimento das coisas particulares", diz ele, "*quoad nos* é anterior ao conhecimento dos universais, assim como o conhecimento dos sentidos é anterior ao conhecimento intelectual. No entanto, tanto no caso dos sentidos quanto no do intelecto, o conhecimento [*communis*] mais geral é anterior ao conhecimento menos geral."

uma ordem de verdades que Ele não tivesse criado.<sup>5</sup> Portanto, ele não hesitou em dizer: Se os três ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos, e se as montanhas não existem sem vales, é porque Deus quis que as coisas fossem assim. Depois de afirmações como estas, o que sobrou do princípio de não contradição como realidade incontornável, fundada na oposição do ser e do não ser e, antes de tudo, na própria natureza de Deus, o Primeiro Ser?

Muitas vezes, as pessoas tentaram atenuar essa doutrina cartesiana sustentando que Deus criou livremente verdades eternas. No entanto, como mostrou Gilson, os textos de Descartes sobre esse ponto têm caráter formal.<sup>6</sup> Descartes sustentava que as verdades eternas eram de caráter finito e, nessa perspectiva, algo dependente da liberdade divina. Assim, algo que é contraditório para nós, como um círculo quadrado ou uma montanha sem vale, não é, por estas razões, impossível ou irrealizável para Deus. Descartes só abre uma exceção para os Atributos Divinos (por exemplo, Deus não pode mentir) e para uma contradição puramente formal, que não envolva o conteúdo de uma essência determinada (por exemplo, "*ut quod factum est sit infactum*", aquilo que existiu não pode não ter existido, e as criaturas que foram feitas por Deus não podem não depender Dele).<sup>7</sup> Essa doutrina cartesiana sobre a relação das verdades metafísicas com a liberdade divina não pode ser separada do *Cogito*.

## II. A CRÍTICA APONTADA PELOS TOMISTAS

A primeira objeção contra o *Cogito cartesiano* que vem à mente de um discípulo de Santo Tomás encontra-se nas seguintes palavras do *De veritate*, q. 1, a. 1 (*O que é a verdade?*), mas que foram frequentemente formuladas pelo Santo Doutor também em outros lugares:

Respondo que devemos dizer que, assim como as coisas demonstráveis devem, em última análise, ser reduzidas a algum princípio por si mesmo evidente [*per se nota*] ao intelecto, do mesmo modo devemos proceder na investigação da natureza (*quid est*) de qualquer coisa dada, pois de outra forma haveria uma regressão infinita, levando à destruição de toda ciência e conhecimento das coisas. *No entanto, aquilo que o intelecto primeiro concebe, por assim dizer, como o que é mais evidente [notissimum], aquela noção na qual todas as suas concepções são resolvidas, é o ser, como diz Avicena no início de sua Metafísica (livro 1, cap. 9). Por isto, todos os outros*

---

<sup>5</sup> "As verdades matemáticas que vocês chamam de eternas foram estabelecidas por Deus e dependem totalmente Dele, tanto quanto outras criaturas. De fato, se disséssemos que essas verdades são independentes d'Ele, falaríamos assim de Deus como se estivéssemos falando de um deus como Júpiter ou Saturno, tornando-O assim sujeito ao Estige e aos rostos, peço-vos que não temam e proclamem em toda parte que Deus é quem estabeleceu essas leis na Natureza, assim como um rei estabelece leis em seu Reino" (Carta a Mersenne, 15 de abril de 1630).

<sup>6</sup> Ver Descartes, *Discourse de la méthode*, pt. 2 (pp. 335-72, 373). Veja as cartas a Mersenne de 6 de maio de 1630 e 27 de maio de 1638; ver também a carta a Mesland em 2 de maio de 1644; e a sexta resposta. Ver também Émile Boutroux, *De veritaribus aeternis apud Cartesium* (Paris: Germer Ballière, 1874).

<sup>7</sup> Ver [Carta a] A. Morus de 5 de fevereiro de 1649, citada por Gilson, em Descartes, *Discourse de la méthode*, pt. 2 (p. 335).

conceitos do intelecto são tidos como envolvendo algum tipo de acréscimo ao ser.

Assim, unidade, verdade e bondade são, de fato, modos gerais de ser, que pertencem a todo ser; e substância, quantidade, qualidade, ação, paixão, relação, etc. são as categorias do ser.

O mesmo pode ser lido na *Summa theologiae*:

*O que primeiro cai em apreensão é o ser, cuja compreensão está incluída em todas as coisas que alguém pode compreender. Portanto, o primeiro princípio indemonstrável é que não podemos afirmar e negar [uma mesma coisa ao mesmo tempo a partir da mesma perspectiva] (ou: ser não é não-ser), que se funda no caráter formal [rationem] do ser e do não ser. E esse princípio é o fundamento de todos os outros princípios, como diz o Filósofo na *Metafísica*, livro 4, cap. 3.<sup>8</sup>*

O ser, a noção mais universal, é pressuposta por todas as outras noções, e o princípio absolutamente primeiro é aquele que enuncia o que antes de tudo pertence ao ser, a saber, sua identidade consigo mesmo e sua oposição ao não-ser: "Ser é ser; não-ser é não-ser. O que é, é; o que não é, não é; Sim é sim e não é não. Uma mesma coisa, da mesma perspectiva e ao mesmo tempo,<sup>9</sup> não pode ser e não ser."

Essa afirmação fundamental aparece consistentemente em Aristóteles e também em São Tomé. Este último diz, em *ST I*, q. 5, a. 2: "*O ser é a primeira coisa que cai no intelecto do ato de conceber*, pois qualquer coisa dada é cognoscível pelo fato de estar em ato, como se diz na *Metafísica*, bk. 9, cap. 9. *Quando, o ser é o objeto próprio do intelecto e, portanto, também é o primeiro inteligível*, assim como o som é a primeira coisa ouvida." Ver também *ST I*, q. 85, a. 5: "Tanto no caso dos sentidos quanto no do intelecto, o conhecimento [*communis*] mais geral é anterior ao conhecimento menos geral".

\*\*\*

Assim, seguindo nessa mesma linha, podemos facilmente apreender a crítica tomista do *Cogito* cartesiano, crítica encontrada nas obras de todos os tomistas que escrevem sobre o assunto a partir do século XVII.

Por exemplo, podemos ler na *Philosophia iuxta inconcussa tutissima Divi Thomae dogmata, de Antoine Goudin*, vol. 4, 11<sup>a</sup> ed., (Coloniae, 1724), p. 240:

---

<sup>8</sup> *ST I-II*, q. 94, a. 2.

<sup>9</sup> A palavra "similar" no enunciado do princípio da não-contradição é temporal ou supratemporal; assim, fazendo abstração do tempo, pode-se dizer "Algo não pode simultaneamente e de uma mesma perspectiva ser finito e infinito".

O primeiro princípio complexo<sup>10</sup> é: "Uma mesma coisa não pode ser e não ser", como podemos encontrar em Aristóteles, *Metafísica*, bk. 4, cap. 4, e St. Thomas, *ST I-II*, q. 94, a. 2...

No entanto, Descartes não deve ser tolerado aqui quando ordena que a mente, por enquanto mantendo todos os outros princípios expostos em dúvida, comece seu conhecimento das coisas com, "eu penso", do qual ela imediatamente inferiria: "Portanto, eu sou". Pois, assim, sem discutir sobre outros pontos (*ut coetera non urgeam*), se a mente deixasse de lado até mesmo o nosso próprio princípio, juntamente com todos os outros, como algo que deve permanecer duvidoso, outra dúvida permanecerá: se aquele que pensa existe ou não. Pois ele poderia pensar e, no entanto, não existir, se fosse possível que uma *mesma coisa pudesse ser e não ser*. E assim, esse mesmo princípio (ou melhor, essa mesma enthymeme) de Descartes repousa sobre o nosso princípio.

Da mesma forma, Salvator M. Roselli, O.P., em sua *Summa philosophica*, vol. 5 (Madrid, 1788), p. 9, pergunta-se se há um princípio absolutamente primeiro que é necessário para certo conhecimento da realidade. Em primeiro lugar, recorda a doutrina admitida por São Tomás em *ST I*, g. 5, a. 2, a respeito do ser, o primeiro dado do intelecto, bem como o primeiro princípio que deve enunciar o que antes de tudo pertence ao ser, a saber, sua identidade própria e oposição ao não-ser. Em seguida, faz a seguinte crítica ao *Cogito*:

O primeiro princípio da demonstração não só deve ser *maximamente certo e evidente* (pois todos os princípios universais e autoevidentes têm isso em comum), nem deve surgir naturalmente, como diz São Tomás – isto é, não precisa ser adquirido através da demonstração, mas, sim, através de uma simples percepção dos termos, como já foi dito – o que é algo também comum a todos os princípios autoevidentes. Além dessas características, também *não deve pressupor nenhuma outra verdade*, pois se supunha outra coisa, não seria o primeiro princípio. Agora, o enunciado cartesiano: "Eu penso; portanto, eu sou", pressupõe outros princípios, a saber: *tudo o que pensa, é, tudo o que age, existe, a ação segue o ser, é impossível que uma mesma coisa simultaneamente seja e não seja*.

De fato, a menos que esses princípios fossem verdadeiros, eu não poderia inferir que existo a partir do fato de que penso. Portanto, esse enunciado é uma demonstração e não um princípio, pois inclui a premissa principal, "Tudo o que pensa, é", o que não seria verdade se os princípios enumerados acima não fossem verdadeiros. Portanto, faltam as condições para que o enunciado cartesiano tenha o caráter de ser um princípio inteiramente primeiro de demonstração. Também não merece ser chamado de princípio autoevidente, uma vez que passa a ser conhecido pela demonstração e não apenas pela percepção de seus termos.

Mais tarde, tomistas fariam da mesma forma. Por exemplo, entre os mais recentes, encontramos o Cardeal Tommaso Zigliara, O.P., dizendo em sua *Summa philosophica*, vol. 1, 8ª ed., 1891, 200:

---

<sup>10</sup> NOTA DO TRADUTOR: Ou seja, o primeiro princípio formado pela segunda operação do intelecto pela qual enunciados e julgamentos complexos são formados.

Por meio da ficção hipotética de um gênio maligno que poderia enganá-lo, Descartes colocou em dúvida o princípio da contradição, juntamente com todos os outros princípios. Ou seja, uma vez posto em dúvida o princípio da contradição, mesmo que apenas hipoteticamente, o próprio "*cogito, ergo sum*" pode ser afirmado como um certo princípio apenas illogicamente, pois, pela própria hipótese em vigor, devo estar em dúvida se posso *simultaneamente pensar e não pensar, bem como simultaneamente se existo e não existo*. Portanto, onde quer que Descartes se volte, ele se encontrará em aberta autocontradição.

Da mesma forma, escreveu Édouard Hugon, O.P. em seu *Cursus philosophiae thomisticae*, pt. 1, *Logica* (1902), p. 336: "Obviamente, o primeiro fato, '*Cogito*, do qual se infere, 'Portanto, eu sou', só vale se for contraditório pensar e não pensar ao mesmo tempo, o que afasta o princípio da contradição". Da mesma forma, ver Joseph Gredt, O.S.B., *Elementa philosophiae aristotelico-thomisticae*, vol. 2, 3ª ed., 1922, pp. 53-54.

Também escrevemos, em 1908, em nossa obra, *Le sens commun et la philosophie de l'être* (cf. p. 135 da 4ª edição):

Descartes e os idealistas modernos não querem admitir nada além de uma forma subjetiva de evidência porque, para eles, o intelecto conhece a si mesmo antes de conhecer o ser. Constrói seu fundamento sobre o *cogito*, mas jamais poderia concluir, "*ergo sum*", sem pressupor sub-repticiamente o antigo axioma: "O objeto do intelecto é ser". Kant e os fenomenalistas viam isso muito bem. Portanto, seria preciso contentar-se em dizer: "Penso, portanto, que estou pensando" E, de fato, isso não é certo, pois de acordo com seus próprios princípios, o idealista não conhece *a realidade de sua ação*, mas sim, apenas a representação que ele forma dela para si mesmo, e ele conheceria essa realidade através de sua consciência, sem poder ter certeza absoluta se ela é de fato real, pois se ele duvida da objetividade do princípio da identidade e da contradição, bem como de seu valor como lei do ser, e se a realidade pode, no fundo, ser contraditória (como um devir totalmente sem causa que seria sua própria razão autossuficiente), Nada pode assegurar a alguém que a ação que ele considera real realmente o seja. Se o ser não é o primeiro e formal objeto do intelecto, o intelecto obviamente nunca o alcançará. Aqui, os fenomenalistas estão certos mil vezes. O caso está encerrado. Finalmente, já nem se poderá dizer "penso", pois o "eu" é, no fundo, inevitavelmente ontológico. É preciso contentar-se em afirmar com um filósofo alemão cujo nome não me lembro: "*Há pensamento*", assim como se diz: "Há chuva caindo no meu sótão". E, no entanto, mesmo isso não é certo, pois poderia muito bem ser o caso de que tal pensamento impessoal seria em si mesmo idêntico ao não-pensamento.

Menos ainda alguém será capaz de dizer: "Portanto, eu sou".

Isso representa a refutação consagrada do cartesianismo oferecida pelos tomistas do século XVII. O ponto de partida para o conhecimento não é o *cogito*. É *o ser*,

assim como o primeiro princípio que implica: o princípio da identidade/não contradição [*sic*]. Toda filosofia antiga procedeu dessa certeza primária: *Obiectum intellectus est ens*, nada é inteligível a não ser em função do ser, acima de tudo, o intelecto só é inteligível para si mesmo em função do ser, que ele conhece como o primeiro objeto inteligível antes de se conhecer por meio da reflexão. O primeiro objeto conhecido pelo nosso intelecto é o ser inteligível das coisas sensíveis e sua oposição primordial ao não-ser. Os primeiros princípios são *leis do pensamento* apenas porque são leis primeiras *do ser* e da realidade. Desde o início, é absolutamente claro que a realidade não pode ser ao mesmo tempo realidade e não-realidade. A formulação ontológica do princípio da identidade/contradição [*sic*] (ser é ser, não-ser é não-ser-ser não é não-ser) precede assim a sua formulação lógica (não se pode ao mesmo tempo, sob a mesma perspectiva, afirmar e negar um mesmo atributo de um mesmo sujeito). Se toda a filosofia antiga partia dessa primeira certeza, "O objeto do intelecto é o ser", todo o subjetivismo moderno se encontra nessa outra expressão que, de fato, não chega à sua conclusão: "*Cogito, ergo sum*".<sup>11</sup>

Emile Boutroux disse muito corretamente em 1894:

O problema central da metafísica cartesiana é a passagem do pensamento para a existência. Por si só, o pensamento é inextricavelmente inato em si mesmo. Como, portanto, por quais direitos e em que sentido, podemos afirmar coisas que existem? ... A existência, que para os antigos era uma coisa que é dada e percebida, algo meramente ali para ser analisado, aqui está um objeto distante que deve ser ele mesmo alcançado, desde que possa de fato ser alcançado.<sup>12</sup>

Além disso, observemos que, de acordo com o realismo aristotélico e tomista, embora o princípio da contradição (ou, melhor, da não-contradição) seja de fato a lei fundamental da realidade, ele não é, no entanto, um juízo de existência. Precede o primeiro juízo da existência. Com uma forma primordial de evidência, cujo valor então se impõe cada vez mais através da reflexão do intelecto sobre si mesmo, afirma *que não é apenas INCONCEBÍVEL PARA NÓS, mas é REALMENTE IMPOSSÍVEL EM SI MESMO que qualquer realidade dada exista simultaneamente e não exista*. Aqui, temos *uma lei necessária da realidade em si mesma* e não uma lei meramente lógica da mente (isto é, da realidade na medida em que ela é concebida). Essa IMPOSSIBILIDADE REAL do absurdo é necessariamente concebida como distinta da INCONCEBIBILIDADE SUBJETIVA e, ao afirmá-la, a mente afirma, ainda não a existência de um ser extra-mental, mas sim, a primeira lei da realidade extra-mental. Afirma-o pelo menos desta forma negativa: o que é manifestamente absurdo (como um círculo quadrado) é obviamente IRREALIZÁVEL fora da mente, seja qual for o poder de Deus (se Ele existir)

<sup>11</sup> Desenvolvemos esses pontos em *Le réalisme du principe de finalité*, pp. 31 e 160-66. Aí, mostramos que, se o princípio da identidade (ou, da não contradição) é a lei fundamental da realidade, há mais naquilo que é do que naquilo que se torna e ainda não existe. Portanto, o devir não pode ser a primeira e fundamental realidade, pois não está relacionado ao ser como A está relacionado a A. Se o princípio da identidade é a lei fundamental da realidade, então a primeira realidade, o princípio de todas as outras, deve ser o próprio Ser, "Eu sou quem sou", em quem só essência e existência são idênticas. Ver *ibid.*, 14-35 sobre o primado do ser sobre o devir.

<sup>12</sup> Émile Boutroux, "De l'opportunité d'une édition nouvelle des œuvres de Descartes", *Revue de métaphysique et morale* (maio de 1894): pp. 248-49.

ou mesmo o de um gênio maligno. Eis a evidência *objetiva* que Descartes imprudentemente colocou em dúvida ao dizer que Deus talvez possa fazer um círculo quadrado ou uma montanha sem um vale. Uma vez admitida essa dúvida, o *cogito* não poderia mais chegar à conclusão que propõe.

\* \* \*

Nessa perspectiva, podemos facilmente responder a uma série de questões que se colocam hoje por ocasião do tricentenário da publicação do Discurso sobre o Método de Descartes, em 1637.

Descartes é realmente o pai da filosofia moderna? Sim, se o *Cogito* for proposto independentemente do valor ontológico do princípio da contradição.<sup>13</sup>

A filosofia moderna difere essencialmente da filosofia antiga? Sim, no mesmo sentido da primeira resposta, e essa diferença repousa na oposição do idealismo ao realismo dos antigos.

O idealismo vindo de Descartes é uma aberração do pensamento? Uma forma de progresso? Ou simplesmente um novo tipo de pensamento? Se ela é concebida no sentido indicado na primeira resposta, é uma aberração do pensamento, pois se o valor ontológico do princípio da contradição é posto em dúvida, *talvez eu simultaneamente pense e não pense, simultaneamente sou o eu e não sou o eu, simultaneamente existem e não existem.*

A filosofia moderna gerada por Descartes pede uma retificação? Se sim, que tipo? Sim, uma retificação que restabelece o valor do alcance real do princípio da contradição e da noção de ser pressuposto por todas as outras noções, como mostra Aristóteles no bk. 4 de sua *Metafísica*.

Qual é o assunto mais relevante que ainda exige um maior desenvolvimento<sup>14</sup> na filosofia de Descartes? Pelo menos um dos assuntos mais topicamente relevantes seria novamente mostrar o que Descartes sustentava ser a relação do *Cogito* com o valor real dos primeiros princípios racionais, bem como a natureza da relação desse valor real dos primeiros princípios com a experiência sensorial.

De acordo com a doutrina aristotélica e tomista, o valor real dos primeiros princípios *é fundado* (ou, *materialmente resolvido*) na evidência de sentido que é pressuposto para tal conhecimento e *é formalmente resolvido* na evidência intelectual objetiva do valor real, necessário e universal desses princípios, uma necessidade e universalidade que os sentidos nunca poderiam perceber. Essa evidência objetiva é inteligível em seu caráter probatório, aliás, antes de tudo: *a real impossibilidade extra-mental* de algo que existiria e não existiria ao mesmo tempo a partir de uma mesma perspectiva. Assim, o valor real da *resolução material* de nossa evidência intelectual em evidência sensível é *formalmente julgado* sob a luz superior da evidência intelectual na qual essa mesma certeza é

---

<sup>13</sup> Claramente, não estamos aqui atribuindo a Descartes a doutrina de Berkeley, nem a de Kant. No entanto, quaisquer que tenham sido suas intenções de permanecer realista, ele introduziu o princípio do idealismo moderno dizendo que o único objeto *direta e imediatamente* alcançado pelo ato de conhecer é o pensamento e não o ser inteligível das coisas.

<sup>14</sup> **NOTA DO TRADUTOR:** Ler "colocar ainda em foco" para "colocar de novo ou colocar no ponto".



resolvida (ou, *formalmente fundada*).<sup>15</sup> Aqui, temos a relação mútua entre os sentidos e o intelecto: os sentidos fornecem *a matéria para o* conhecimento intelectual, e o valor dos sentidos é *formalmente* julgado à luz intelectual dos primeiros princípios. Uma sensação sem um objeto real sentido, sem uma causa eficiente e sem um fim, violaria os princípios da contradição, da causalidade eficiente e da finalidade. Sem dúvida, essa doutrina que afirma que nossas ideias vêm dos sentidos através da abstração só é conhecida depois de conhecermos o real valor dos princípios da contradição e da causalidade. No entanto, não conhecemos esses princípios sem que os sentidos nos forneçam a questão do conhecimento.

Tal é a perspectiva sustentada pela filosofia tradicional, sobretudo na forma que assume no tomismo. A certeza primordial dessa filosofia é que *o objeto do intelecto é o ser* e a realidade, na verdade, uma realidade que obedece desde o início à necessidade e ao valor absolutos do princípio da contradição como lei da não-contradição. Assim, obedecendo ao princípio da contradição, o ser, portanto, não pode ser um mero processo de devir que carece de uma causa eficiente superior a si mesmo, bem como de um fim, um devir que seria autoexplicativo, um *fieri* que, portanto, seria mais perfeito do que *esse*. Sustentar que o primeiro princípio da mente é o princípio da identidade (ou, da não-contradição) é admitir que *há mais no ser do que no devir*, que *o devir não pode ser autoexplicativo* e que requer uma causa eficiente superior a si mesmo, bem como uma causa final. Em última análise, essas causas superiores só podem ser encontradas Naquele *que é*. Tudo isso representa a afirmação do primado do ser sobre o devir.

Essa doutrina tradicional foi profundamente subestimada por Descartes pela própria maneira como ele concebeu a importância do *Cogito* ao desconsiderar a necessidade e o valor absolutos do princípio da contradição como a lei absolutamente necessária e fundamental da realidade.

---

<sup>15</sup> Ver ST 1, q. 84, a. 6 e 5.

NOTA DO TRADUTOR: Para uma exposição clara do ponto de fundo relativo à resolução material e formal, ver Garrigou-Lagrange, *Sense of Mystery*, pp. 15-19.